



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0000689-05.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **JACIRA BARTOLOMEU SILVA IADOCICCO, CPF 009.308.358-08 - Desacompanhada de Advogado**
 Requerido: **ALAN CARDEK PERES RODRIGUES, CPF 033.869.668-70 - Advogado Dr Joao Jurandir Dian**

Aos 06 de junho de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, a autora desacompanhada de advogado e a parte ré com seu advogado. Presente também a testemunha da autora, Sr. Gerson. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar o depoimento pessoal da autora e a oitiva da testemunha da autora, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito. Sustenta a autora que na ocasião em apreço dirigia um automóvel pela Rua Dr. Orlando Damiano, tendo a sua frente uma carreta conduzida pelo réu e de propriedade dela. Sustenta também que na confluência com o cruzamento com a rua D. Pedro II visualizou que a carreta dava a entender que seguiria em frente, mas de modo repentino ela realizou conversão à direita, colhendo seu automóvel. Já o réu em contestação atribuiu à autora a responsabilidade pelo acidente por tentar ultrapassar seu veículo pela direita quando havia acionado a sinalização de seta indicativa de que faria conversão à direita. A autora em depoimento pessoa confirmou o relato contido à fls. 02. Já a testemunha Gerson Donizzeti da Silva presenciou o acidente, esclarecendo que o réu trafegava pela aludida via pública, quando em dado momento “jogou para a esquerda” e ficou alguns segundos parado, tendo em vista que ali havia sinalização de parada obrigatória para quem viesse pela rua Dr. Orlando Damiano. Acrescentou que nesse momento a autora vinha e passou pela direita da carreta, parando no cruzamento. Ato contínuo, a carreta retomou sua marcha para em conversão à direita ingressar em outra via pública, momento em que atingiu o automóvel da autora, ainda parado. A testemunha esclareceu que não viu se o réu acionou a sinalização de seta para demonstrar a manobra que iria realizar, bem como que a autora buzinou quando ele a efetuou. Já as fotografias de fls. 32/33 e 41/42 demonstram a posição dos veículos após o embate. No cotejo das provas produzidas, reputo que prevalece o relato exordial. Com efeito, sendo incontroverso que o réu na oportunidade encetou conversão à direita, conclui-se que a situação posta é disciplinada pelos arts. 34, 35 e 38 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõem: Art. 34. *O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.* Art. 35. *Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço. Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos. Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá: I – ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível; II- ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido". É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de manobra: "Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la" ("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644). Assentadas essas premissas, anoto que na espécie vertente não há comprovação consistente de que a autora efetuou ultrapassagem pela direita da carreta e que o réu acionou a sinalização de seta indicando que convergiria à direita. Competia a este demonstrar tais fatos (art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil), mas ele não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus porque nenhum indício foi amealhado para levar a certeza de que as situações descritas na peça de resistência correspondiam a realidade. Nem se diga que as fotografias atestariam a ultrapassagem da autora pela direita. Nas condições em que se apresentava a situação posta, era natural que a autora ficasse do lado direito da pista porque ingressaria em outra via. Ademais, não há provas de que dispusesse de condições seguras para saber que o réu faria a mesma manobra, sendo de se presumir que se isso acontecesse ela por óbvio não derivaria à direita. Deveria, então, aguardar o término da manobra do réu para retomar a sua trajetória porque avançando ciente de que ele derivaria à direita iria de forma injustificada expor-se a acidente. Fixa-se, assim, a culpa do réu pelo acidente porque como fez manobra de conversão deveria ter obrado com cuidado redobrado, especialmente para não dar margem a situação de risco aos que trafegavam pelo mesmo sentido de direção. Não foi o que aconteceu, porém, tanto que aconteceu o embate. Daí promana sua responsabilidade em ressarcir a autora pelos danos que sofreu no automóvel que dirigia. Sobre o assunto, o pedido inicial está alicerçado no documento de fls. 09, nada havendo a contrapor-se a ele. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar a autora a quantia de R\$ 1.860,16, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2017 (época do desembolso de fls. 09), e de juros de mora, contados da citação. Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. *Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.**

Requerente:

Requerido:

Adv. Requerido: João Jurandir Dian

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA